

# Novas brisas nas Necessidades (II)

"(...) estamos ambos de acordo — eu e o professor André Gonçalves Pereira — em que, na realidade, como eu disse, sopram novas brisas nas Necessidades..."

## António Maria Pereira

Em carta dirigida ao «Diário de Notícias» e publicada em 14-2-1981, o ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. André Gonçalves Pereira, a título de esclarecimento de um passo do meu anterior artigo com o mesmo título, no qual afirmei que Francisco Sá Carneiro tinha uma opinião diametralmente oposta à sua sobre a interpretação dos resultados dos dois últimos actos eleitorais, escreve que «essa afirmação é inexacta», acusando-me em seguida de «deturpar» as afirmações proferidas pelo antigo primeiro-ministro.

Esta acusação obriga-me a retomar o tema do meu artigo para esclarecer dois pontos: que, por um lado, a opinião do prof. Gonçalves Pereira é, como eu afirmei, diametralmente oposta à de Francisco Sá Carneiro; e que a minha interpretação das afirmações do antigo primeiro-ministro é correcta e não contém quaisquer «deturpações» do seu pensamento.

No meu artigo procurei demonstrar, citando o prof. André Gonçalves Pereira, que o seu pensamento em política externa se afasta, em medida significativa, do do VI Governo. Citei vários exemplos:

— A atitude perante o expansionismo soviético, em relação ao qual a posição de Sá Carneiro foi de inequívoca e severa condenação enquanto que a do prof. Gonçalves Pereira foi apenas de vaga e hipotética censura (talvez estejamos em conflito ideológico com o expansionismo comunista);

— A interpretação do acto final de Helsínquia, que, para o Governo de Sá Carneiro, tinha alcance universal — pelo que a invasão armada do Afeganistão o teria violado flagrantemente —, enquanto que para André Gonçalves Pereira é limitado à Europa, razão por que a agressão soviética àquele país o não teria violado;

— A necessidade de criação de novos sistemas de fiscalização das normas internacionais violadas pelas proezas terroristas, sentida pela administração Reagan, que o ministro dos Negócios Estrangeiros afirma não existir;

— A posição perante a CEE, na qual o prof. André Gonçalves Pereira fez ressaltar a tónica da independência, diferentemente do que aconteceu durante o Governo Sá Carneiro, em que a regra foi uma posição de alinhamento com os restantes países do Mercado Comum.

Concluindo o meu artigo rematei afirmando que dessas diferenças de opinião perante importantes questões de política externa se podia concluir que a posição de André Gonçalves Pereira apontava para um certo neutralismo — pelo que se aproximava das ideias do general Ramalho Eanes em política internacional; e a propósito dessa aproximação invoquei a opinião do ministro perante os resultados dos dois últimos actos eleitorais — diametralmente oposta, segundo disse e penso, à de Francisco Sá Carneiro.

A primeira conclusão a extrair da carta de André Gonçalves Pereira é esta: de todos os exemplos por mim citados em demonstração da tese do distanciamento da nova política externa relativamente à praticada pelo Governo de Sá Carneiro — o ministro apenas refuta a minha afirmação de que entre a sua opinião sobre os dois últimos actos eleitorais e a de Sá Carneiro havia uma diametral divergência. Pelo que estamos ambos de acordo — eu e o prof. André Gonçalves Pereira — em que, na realidade, como eu disse, sopram novas brisas nas necessidades...

## As opiniões de Gonçalves Pereira sobre os actos eleitorais

Mas vamos à contradição que eu afirmei e reafirmo existir entre o pensamento de André Gonçalves Pereira e o de Francisco Sá Carneiro a respeito dos dois últimos actos eleitorais.

Declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros: «Constato que o resultado das eleições de 7 de Dezembro, que se impõe à evidência como uma realidade nacional de indiscutível projecção, não é contraditório, em minha opinião, com o resultado, igualmente importante, das eleições de 5 de Outubro. Em ambos os casos a minha interpretação é que o povo português votou na estabilidade das instituições. Renovou o mandato da Aliança Democrática, renovou o mandato do Presidente da República. Significa isto que o povo entendeu que não deveria haver incompatibilidade nestas duas posições e que o Governo da Aliança Democrática deveria poder governar plenamente sob a presidência do general Ramalho Eanes. Essa é, também, a minha opinião».

Deste trecho se conclui que o professor André Gonçalves Pereira tira, do que se passou nas duas últimas eleições, três

conclusões e faz uma afirmação pessoal.

As três conclusões são as seguintes:

a) Que o povo português votou na estabilidade das instituições;

b) Que o povo português entendeu que não deveria haver incompatibilidade na renovação dos dois mandatos, de Aliança Democrática e do Presidente da República;

c) Que o povo português entendeu que o Governo da Aliança Democrática deveria poder governar plenamente sob a presidência do general Ramalho Eanes.

A afirmação pessoal do Ministro é que a sua opinião coincide com a do povo português.

## As sombrias previsões de Sá Carneiro

Ora acontece que Francisco Sá Carneiro exprimiu, sobre cada uma dessas conclusões, opiniões diametralmente opostas.

Diante das muitas declarações do malogrado primeiro-ministro a esse respeito, refiro apenas as que proferiu através da TV, aos 2 de Dezembro, portanto dois dias antes da sua morte:

Quanto à estabilidade das instituições:

Afirmou Sá Carneiro a esse respeito que «a reeleição do general Eanes teria como consequência certa o ataque à Aliança Democrática e a tentativa acelerada da sua destruição. O Partido Comunista já declarou que se Ramalho Eanes ganhar lhe exigirá a demissão do Governo AD e, a breve prazo, a dissolução da Assembleia da República. Novas eleições legislativas e, para as autarquias locais seriam então decretadas, de molde a procurar, em clima de forte intoxicação psicológica, transformar a recente vitória da AD numa derrota e na recriação em S. Bento de uma maioria de esquerda marxista. Pela primeira vez se criariam condições objectivas para um governo de «frente popular». Maria de Lurdes Pintasilgo poderia voltar a primeiro-ministro. A Aliança Democrática, que o general Eanes começou a combater 24 horas depois de criada, seria atacada e destruída, tanto a nível nacional como nas autarquias lo-







cais. Recomeçariam os conflitos entre Lisboa e os governos regionais dos Açores e da Madeira. Ficaria inviabilizada a colaboração entre o Presidente da República e os partidos democráticos, conhecida como é a incapacidade de diálogo de Ramalho Eanes. A revisão constitucional tornar-se-ia praticamente impossível, sendo de prever nessa hipótese que tivéssemos de suportar mais cinco anos o inaceitável Conselho da Revolução... O PC voltaria à área do Poder pela porta de Belém.»

Como se verifica, a eleição do general Ramalho Eanes, que, na opinião do ministro coincidente (segundo ele) com a do povo português, significaria a estabilidade das instituições, teria, para Sá Carneiro, consequências precisamente opostas, traduzidas na total instabilidade das instituições.

Acrescentarei, a propósito, que as sombrias previsões de Sá Carneiro já começaram a verificar-se: o artigo Comunista já começou a exigir a demissão do Governo da AD e novas eleições; já se começa a pôr em dúvida a revisão da Constituição; e, através de movimentações de chefias militares desafectas à Aliança Democrática e da vitalização dos Cnarp, pelo Presidente Eanes, a fase preparatória do ataque à AD já começou.

Quanto à incompatibilidade entre o mandato da Aliança Democrática e o do Presidente da República, que Gonçalves Pereira, segundo, como sempre (segundo ele), a opinião do povo, entende não dever existir, já vimos o que dela pensava Sá Carneiro no campo da política interna: para o antigo primeiro-ministro, essa incompatibilidade era total.

Pelo que respeita à política externa, do mesmo modo Sá Carneiro considerou que essa incompatibilidade se faria sentir de forma aguda: «Portugal», afirmou ele, «voltaria a caracterizar-se (como nos períodos dos governos presidenciais de 1978-1979) por uma política externa hesitante e ambígua; renasceriam as inclinações terceiro-mundistas e neutralistas; Meio Antunes voltaria a ser incumbido de diplomacias paralelas; atrasar-se-ia voluntariamente o processo de adesão à CEE, por se considerar a integração europeia de Portugal como um mal necessário, a concretizar o mais tarde possível; surgiria de novo a dúvida entre os nossos parceiros da NATO e Portugal voltaria a ser incapaz de condenar o Imperatorismo

soviético, cujas agressões a terceiros países o general Eanes de novo explicaria, como fez no caso do Afeganistão, não como actos reprováveis da União Soviética, mas como acontecimentos explicáveis e inevitáveis por culpa das fraquezas da NATO».

Também estas previsões já começaram a concretizar-se: como demonstrei no meu último artigo, a condenação do imperialismo soviético baixou tanto de tom, que mal se ouve, transformada em levíssima brisa; as diplomacias paralelas á recomeçaram, através da missão do major Vítor Alves à Guiné-Bissau, como enviado do Presidente Ramalho Eanes; e as inclinações neutralistas regressam timidamente, como também no meu artigo demonstrei.

Quanto à terceira conclusão do ministro, e como resulta das palavras de Francisco Sá Carneiro, *este sempre entendeu que, em caso de vitória do general Ramalho Eanes, a AD não deveria poder governar normalmente* — ao contrário do que afirma André Gonçalves Pereira.

E o facto, invocado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, de Sá Carneiro ter, efectivamente, afirmado repetidas vezes que a Aliança Democrática, a obter a maioria absoluta nas eleições legislativas, como sucedeu, seria governo em qualquer caso — nada tem, evidentemente, que ver, com a possibilidade de poder governar normalmente. Frente tantas e tão ingentes dificuldades que, segundo Francisco Sá Carneiro, se acumulariam no seu caminho em caso de vitória do general Ramalho Eanes, nunca o Governo da AD — nem nenhum governo no mundo — poderia governar normalmente.

Fica, portanto, segundo penso, suficientemente demonstrado que, ao contrário do que afirmou André Gonçalves Pereira, eu não deturpei as afirmações de Francisco Sá Carneiro. Outro tanto gostaria eu de poder dizer de André Gonçalves Pereira relativamente à sua interpretação e aplicação do pensamento de Sá Carneiro em política externa. Mas obviamente não posso...

Por último, gostaria de deixar bem claro que os meus comentários críticos às opiniões de André Gonçalves Pereira em política externa, em nada, mas absolutamente em nada, afectam as grandes admiração e amizade que sempre tenho e continuo a ter por André Gonçalves Pereira. Sá que, amigos amigos — políticas externas à parte.